

“QUERO SER RECONHECIDA PELO QUE FAÇO”: EXPERIÊNCIAS DE “SER MULHER” REPRESENTANTE DE DIRETÓRIOS ESTUDANTIS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR¹

“I Want to Be Recognized for What I Do”: Experiences of "Being a Woman" Representative of Student Directories in Higher Education

Silvana Ribeiro²

Érica Pilatti Giaretta³

Resumo: O estudo aborda as experiências de atuação de “ser mulher” em cargos de presidenta ou vice-presidenta de Diretórios Estudantis de Instituições de Ensino Superior presenciais na cidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul. O município conta com quinze instituições de Ensino Superior presenciais e, dentre as entidades estudantis identificadas, apenas cinco possuíam mulheres ocupando cargos de presidenta ou vice-presidenta. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, participativa e de caráter exploratório, desenvolvida em três etapas: (a) levantamento bibliográfico; (b) coleta de dados por meio da escrita de cartas pedagógicas, em encontro presencial com presidentas e vice-presidentas de Diretórios Estudantis; e (c) análise dos dados a partir da sistematização de experiências e da construção coletiva do texto final. Pretende-se contribuir para a reflexão sobre as experiências vivenciadas por mulheres nos Diretórios Estudantis, destacando que ocupar esses espaços significa enfrentar desafios relacionados às desigualdades de gênero e, ao mesmo tempo, possibilita o protagonismo e o reconhecimento das mulheres em espaços de liderança na educação superior.

Palavras-chave: Movimento estudantil. Feminismo. Representação feminina.

Abstract: The study addresses the experiences of acting within 'being a woman' in the positions of president or vice-president of Student Directories in on-campus Higher Education Institutions in the city of Passo Fundo, Rio Grande do Sul. The municipality has fifteen on-campus Higher Education Institutions and, among the student organizations identified, only five had women occupying the positions of president or vice-president. This is a qualitative, participatory, and exploratory study developed in three stages: (a) literature review; (b) data collection through the writing of pedagogical letters during a face-to-face meeting with women presidents and vice-presidents of Student Directories; and (c) data analysis based on the systematization of experiences and the collective construction of the final text. The study aims to contribute to reflections on the experiences lived by women in Student Directories,

¹ Trabalho derivado da monografia de Conclusão de Curso em Psicologia intitulada “*Quero ser reconhecida pelo que faço*”: experiências de “ser mulher” representante de Diretórios Estudantis na Educação Superior, de autoria de Érica Pilatti Giaretta, defendida no ano de 2025 (Giaretta, 2025).

² Doutora em Psicologia Social e Institucional (UFRGS), Psicóloga (Atitus), Mestra em Ciências Humanas (UFFS), Mestra em Educação (UPF), Assistente Social (UPF). Docente na Atitus. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5702-7701> email: psi.silvanaribeiro@gmail.com.

³ Psicóloga formada pela Atitus. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-4207-6945> email: ericapg psicologia@gmail.com.

highlighting that occupying these spaces entails facing challenges related to gender inequalities and also enables women's protagonism and recognition in leadership positions in higher education.

Keywords: Student movement. Feminism. Student representation.

1 Introdução

O movimento estudantil e o movimento feminista compartilham uma trajetória de lutas protagonizadas por suas participantes, em defesa da equidade, da representatividade e da participação. Nesses movimentos, a coletividade se propõe, por meio da atuação combativa e organizada, a conquistar espaços dentro e fora das instituições de ensino e das outras instituições sociais, como no campo trabalhista.

Em especial, no âmbito da educação, em 2022 houve 259.423 estudantes que realizaram suas matrículas em alguma instituição de ensino superior do Rio Grande do Sul (Instituto Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior, 2024). Nos regulamentos dos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE) e Diretórios Acadêmicos (DA) de Campus ou Polos, estão descritos parâmetros para atuação política na educação presente no cotidiano das pessoas estudantes; porém, esse espaço de protagonismo ainda segue a normalização vigente na sociedade brasileira, sendo os cargos historicamente ocupados por homens brancos.

Portanto, no âmbito da educação superior, parece ser necessário questionar as estruturas sociais que envolvem gênero, raça e sexualidade, inclusive considerando que a forma de ensinar exerce poder para a manutenção do patriarcado, do capitalismo, do capacitismo e da racialização, sobretudo quando ocorre a repetição do padrão de escolha por representatividades masculinas e brancas nos cargos de poder, sejam eles ocupados por docentes, coordenadoras e coordenadores ou lideranças estudantis.

Esse panorama é exemplificado no Quadro 1, que apresenta o resultado de uma pesquisa no Sistema Eletrônico do Ministério da Educação e Cultura (e-MEC). Os dados evidenciam a baixa presença de mulheres nos cargos de maior representatividade dos Diretórios Estudantis das Instituições de Ensino Superior presenciais de Passo Fundo, indicando que a ocupação desses espaços de liderança ainda ocorre de forma desigual.

Outra maneira de problematizar o patriarcado e a branquitude no âmbito do ensino superior consiste na análise do crescimento da participação feminina nas instituições de ensino desde 2000, quando se tornaram maioria (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, 2000). Embora haja um progresso no que se refere à ocupação majoritária desses espaços, de ensino e de poder, por mulheres, inclusive como um ganho para os movimentos feministas que lutam por igualdade de direitos básicos entre todas as pessoas, há desigualdade racial. No contexto desta pesquisa, as três participantes se autodeclararam brancas.

Quadro 1 - Representação nos cargos de presidenta e vice-presidenta de Diretório Central dos Estudantes ou Diretório Acadêmico do Campus de Instituições de Educação Superior presenciais de Passo Fundo.

Nome da Instituição de Ensino Superior Presencial de Passo Fundo	Ensino	Entidade Estudantil	Representação	
			Presidenta	Vice-presidenta
Faculdade Atitus Educação (Atitus)	Privada	DCE	X	X
Universidade de Passo Fundo (UPF)	Comunitária	DCE		X
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSUL)	Pública	DA do Campus		X
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	Pública	DA do Campus		X
Instituto de Desenvolvimento Educacional de Passo Fundo (IDEAU)	Pública	DCE		X

Fonte: dados da pesquisa (2025)

Atualmente, na educação superior brasileira, na modalidade presencial, existe um índice de 73,3% de estudantes que se identificam com o gênero feminino (Inep, 2022), com idade média de 19 anos e 18,09% matriculadas em IES do Rio Grande do Sul, sendo a maioria no ensino privado, porém há desigualdades consideráveis em relação à cor e etnia das estudantes (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua, 2023). Diante desse contexto, a pesquisa que consubstanciou esse artigo questionou: Como mulheres que ocupam cargos de presidenta ou vice-presidenta de Diretórios Estudantis experienciam e significam sua atuação em espaços de liderança na educação superior?

O tema central é refletir sobre as experiências de atuação de “ser mulher” em cargos de presidenta ou vice-presidenta de Diretórios Estudantis de Instituições de Ensino Superior presenciais na cidade de Passo Fundo, por meio de uma construção colaborativa centrada nas vivências das estudantes nesse espaço de protagonismo estudantil. Especificamente, o estudo busca compreender sobre as experiências de atuação de mulheres que ocupam cargos de presidenta ou vice-presidenta de Diretórios Estudantis em Instituições de Ensino Superior presenciais da cidade de Passo Fundo/RS, analisando como as relações de gênero atravessam suas trajetórias de liderança e representação estudantil.

2 Método

A escolha metodológica tem sua base teórica nas concepções feministas e na construção coletiva da comunidade de bell hooks (1994) e Jota Mombaça (2016; 2019), e da educação libertadora de Paulo Freire (1992; 1999; 2000). Parte-se da compreensão da produção do conhecimento que é coletiva e não apenas sobre o coletivo. Trata-se de uma pesquisa participante, que reconhece as representantes como parte e criadoras principais do conhecimento. Logo, as pessoas colaboradoras da pesquisa são também pessoas coautoras de “todo o seu acontecer, sendo também os seus destinatários únicos ou prioritários” (Brandão, 2013, p. 05). A pesquisa também se inscreve como qualitativa, considerando que compreende e articula sentidos, aspirações, atitudes e valores (Minayo, 2009).

Inicialmente, realizou-se um levantamento das Instituições de Ensino Superior presenciais do município de Passo Fundo e das respectivas entidades estudantis. Após essa identificação, as possíveis participantes foram contatadas por e-mail e redes sociais institucionais, sendo convidadas a participar da pesquisa. O encontro presencial para construção das cartas pedagógicas ocorreu em maio de 2025, nas dependências da Atitus Educação, sendo coordenado pelas autoras desta pesquisa.

Participaram da pesquisa três estudantes do ensino superior que ocupavam, há mais de três meses, os cargos de presidenta ou vice-presidenta de Diretório Central dos Estudantes (DCE) ou Diretório Acadêmico (DA) de Campus de Instituições de Ensino Superior presenciais da cidade de Passo Fundo (uma instituição privada, uma comunitária e uma pública). As participantes demonstraram interesse e disponibilidade para participar presencialmente da coleta de dados e, a fim de preservar sua identidade e garantir o anonimato, foram identificadas neste estudo como P1, P2 e P3.

As participantes trabalharam na construção de cartas pedagógicas, que têm características e estruturas próprias; contudo, não existe um procedimento fechado ou um manual de orientação para a construção das mesmas (Freire, 2000). Com isso, foi pedido para cada estudante o seguinte: Escreva uma carta sobre a sua experiência como uma pessoa protagonista do seu Diretório Estudantil.

A pesquisa seguiu as resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, as quais regulamentam a pesquisa com seres humanos, e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Atitus Educação, sob o parecer: 6.898.748. Após a aprovação, foi enviado às pessoas participantes um e-mail explicando o objetivo da pesquisa e informações sobre a data do encontro. Com as estudantes incluídas, após aplicação dos critérios de exclusão, foram promovidas as seguintes ações: foi entregue, lido e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que aborda os procedimentos e direitos das participantes; foi realizada uma explanação sobre a fundamentação teórica, que englobou o histórico dos movimentos estudantis e do feminismo, além das perspectivas políticas e sociais de construção desses movimentos e do “ser mulher” utilizados nesta pesquisa; foi realizada a construção de cartas pedagógicas de forma individual, com a duração de quarenta minutos, com a proposta de relembrar as experiências de representação estudantil e da possibilidade de ‘dizermos a nossa palavra por escrito’, pois, como diz Freire, “estas cartas pedagógicas expressam mais um momento da luta em que me empenho como educador, portanto, como político também, com raiva, com amor, com esperança, em favor do sonho de um Brasil mais justo.” (Freire, 2000, p. 24).

Na sequência, foi realizada a leitura e conversa sobre as cartas, que tiveram duração de uma hora e vinte minutos. Nessa etapa, utilizou-se o recurso do gravador de voz para registrar as falas. Após o término da roda de conversa, as gravações foram transcritas e utilizadas como material de apoio, e as cartas organizadas a partir das sistematizações de experiências (Jara, 2006). A devolutiva dessa construção coletiva foi feita de forma presencial, em novembro de 2024.

Menciona-se, ainda, que o processo de análise das cartas e da roda de conversa foi realizado a partir da sistematização de experiências, conforme Oscar Jara (2006). Dessa forma, foi possível classificar as narrativas em categorias comuns para organização, mas isso não esgotou a necessidade de interpretar o processo. Como relata Jara (2006, p. 25), “ao sistematizar, as pessoas recuperam de maneira ordenada o que já sabem sobre sua experiência, descobrem o que ainda não sabem sobre ela, mas também se revela o que “ainda não sabiam que já sabiam”.

A organização se deu a partir de cinco tempos (Jara, 2006). Primeiro, o ponto de partida consistiu na proposição da pesquisa por parte de uma das autoras deste estudo. A segunda etapa consiste nas perguntas iniciais, englobando os objetivos e desejos de as mulheres pensarem sobre as suas experiências, sendo esses definidos durante a roda de conversa como a esperança de uma representatividade com potência de incentivar outros estudantes a ocupar espaços de poder, além do interesse em refletir sobre como “ser mulher” impacta na atuação de protagonismo nos espaços ocupados por elas (nós).

Em terceiro lugar, a recuperação do processo vivido foi elaborada a partir da construção e compartilhamento das cartas pedagógicas. Quarto, a reflexão de fundo possibilitou analisar e interpretar criticamente a (nossa) trajetória como protagonistas dos Diretórios Estudantis e, por fim, com os pontos de chegada, foi possível definir que ocupamos espaços historicamente negados às mulheres e refletir sobre o significado dessa ocupação para a construção de representatividade estudantil.

3 Resultados e discussão

As narrativas elaboradas pela construção das cartas das participantes em cargo de presidência e vice-presidência de DCE e DA do Campus possibilitaram sistematizar três pontos de chegada (Jara, 2006): a) O “ser mulher” protagonista, b) Ocupando os espaços que não nos pertenciam e c) Somos representatividade para os estudantes.

3.1 O “ser mulher” protagonista

O “ser mulher” atravessa as pessoas que representam esse estereótipo enquanto ocupam cargos de liderança em entidades estudantis sem falar de gênero e emancipação. Por isso, parece importante mobilizar um conjunto de movimentos sociais, políticos e ideológicos que defendem a igualdade de direitos independentemente de gênero (Brasil, 2010), chamado aqui no plural de feminismos, por englobar nuances e especificidades de lutas (Galetti; Rivetti, 2023).

Inclusive, porque a noção ou divisão conceitual dos feminismos se integra no Brasil a depender do momento histórico e das vulnerabilidades das mulheres, que podem ser

sobrepostas, como no caso de mulheres negras e indígenas, mulheres com deficiências, mulheres lésbicas, dentre outras. Ademais, sob o ponto de vista de momentos históricos de importância, mulheres sufragistas tiveram objetivos econômicos e políticos, caracterizando a chamada Primeira Onda do Feminismo, 1792 – 1930 (Perez; Ricoldi, 2023). A tal fato se somaram a Revolução Sexual e as lutas pelos direitos sexuais e reprodutivos, que caracterizaram a Segunda Onda do Feminismo, 1960 – 1980 (Perez; Ricoldi, 2023). Por isso, a reflexão de Simone de Beauvoir ao dizer “Não se nasce mulher, torna-se mulher” (Beauvoir, 1949), critica o papel definido pela biologia, como de reprodutora, reforçando a autonomia e construção da identidade feminina e de outras identidades dissidentes. Com o processo de discussão iniciado nesse movimento, a figura da mulher é vista como socialmente, politicamente e fisicamente elaborada, sendo que essa percepção condiciona a validade da atuação de pessoas do sexo feminino em cargos de liderança à sua etnia, faixa etária, vestimentas ou fisionomia. Conforme escreve P1:

Mas minha perspectiva de uma mulher branca, cis e bi é politicamente e com um apreço muito grande de compreender quais os meus privilégios ao ocupar esse espaço e dificuldades que são da sociedade por me fazer mulher, mas acredito que por sermos vistas fisicamente como mulher nos dão certos papéis e eu com meu all star, cabelo na maioria das vezes rosa, em uma reunião séria com coordenadores ou passagem em sala com professores, me sinto inferiorizada pelos olhares de surpresa ou alguns comentários (Carta 01).

Recentemente, o tema da interseccionalidade da Terceira Onda do Feminismo de 1990 (Perez; Ricoldi, 2023) incorpora a ideia de opressão ao feminismo perpassado por questões sociais e, com isso, a identidade de gênero é anexada ao debate. Como exemplo, o relato da participante, ao escrever sobre ser reconhecida como mulher por sua aparência física e nome, mas se identificar como pessoa não binária, o que gera desconforto e raiva quando é chamada de moça ou de primeira-dama:

Imagino que todo mundo que me conhece pela militância sabe sobre a minha identidade, mas quando é preciso estabelecer relações com pessoas de fora, quase sempre sou interpretada como mulher, o que me leva a ser tratada socialmente como uma, como por exemplo, em duas vezes que me chamaram de 'primeira dama' ao invés do nome do meu cargo (Carta 2).

Esse trecho presente na escrita da participante 2 nos conduz a três reflexões. A primeira reflexão esclarece o histórico colonizador do Brasil, no qual tudo se tornou patrimônio dos homens brancos, colocando as mulheres negras, pelas questões raciais da escravidão, como propriedades de todos que tinham dinheiro para comprá-las (Saffioti, 1976) e as brancas como posse do seu pai, irmão, marido ou rei com a missão de povoar com filhos a nova terra, sendo uma alternativa para diminuir a mestiçagem via estupro das mulheres indígenas (Teles, 1999). Nesse sentido, o objetivo de mulheres como pessoas representantes é visto como deixar mais bonita uma foto de gestão ou cumprir cotas como dizem as notícias (Observatório Nacional da Mulher na Política, 2024) e obriga a Lei das Eleições (Brasil, 1997), ou mesmo ser um fantoche como a participante 3 destaca: “Tinha medo de me colocar nesse local e parecer um fantoche. Tenho medo que pensem isso” (Carta 03).

A segunda reflexão, a partir de Judith Butler (1990), refere-se à perspectiva de inexistência de uma identidade de gênero fixa e universal, sendo o "ser mulher" resultado de um conjunto de normas e expectativas sociais, como performances repetidas de roupas, linguagem e comportamentos, que moldam como as pessoas se comportam, se apresentam e são percebidos. E por essa performance ser um processo contínuo e dinâmico, também está relacionado ao poder existente entre as relações sociais. Por isso, se propõe que essa definição

de “ser mulher” esteja sendo desafiada e interpretada segundo a experiência de cada uma das três pessoas participantes dessa pesquisa, que possuem sua própria construção e narrativa ao ocupar o espaço de poder estudantil, e também seu próprio sentido e significado de ser como se definem pertencendo a esse local.

Nessa perspectiva, a identidade de gênero não é entendida como uma essência fixa ou natural, mas como uma construção performativa e fluida, produzida continuamente por meio das relações sociais, culturais e históricas (Butler, 1990). Conforme destaca a participante 3: “rodas de conversas ou mesas de debates, mas no dia a dia são poucas pessoas que vejo que não estão usando roupas pretas, blazer e são brancas” (Carta 03).

A terceira reflexão dialoga com o trecho “Imagino que todo mundo que me conhece pela militância sabe sobre a minha identidade, mas quando é preciso estabelecer relações com as pessoas de fora...” (P2, Carta 02). Trata-se do fator protetivo em fazer parte de uma coletividade, como o movimento estudantil, que tenta genuinamente na sua maioria compreender e respeitar, além de incentivar a emancipação das pessoas participantes. A participante 2 escreve que: “com os movimentos, os quais conheci e integrei um deles antes de assumir o DCE, aprendi o espírito de LUTA que há, de memória da história estudantil” (Carta 02).

Por outro lado, “as pessoas de fora” definidas como sociedade, interpretam a imagem das pessoas protagonistas baseada em seus conceitos, e por estarem inseridas no patriarcado e na xenofobia, sem crítica alguma ou respeito por desconhecer a diversidade humana, com “seus fuzil são de palavra; Cês sempre querendo que a gente entre no teu padrão (sic)” (Bixarte, 2019), se tornam diretamente propulsoras de discriminações e mortes. Outro exemplo desse funcionamento patriarcal é expresso, a partir da carta 03, da participante que conta sobre como, apesar de estar como presidenta do DCE, as pessoas coordenadoras e professoras chamaram para reuniões o tesoureiro que é homem, e não ela ou a vice-presidenta, nem as secretárias que são mulheres: “às vezes falam com o tesoureiro que é homem, e ex-presidente e não comigo ou minha vice, secretárias que são mulheres, se for considerado a hierarquia da gestão é algo estranho” (P3).

De forma geral, os corpos estereotipados como femininos continuam sendo definidos, julgados e usados na política para ganhar pautas ou eleições e para cumprir cotas, como uma forma de caridade, mas de maneira alguma a narrativa e os desejos desse “ser mulher” são ouvidos. Por isso, “ser mulher” protagonista vai além de ocupar um cargo, envolvendo a atuação como pessoas feministas e abrangendo a luta por ser ouvida e respeitada em igualdade. A participante 1 destaca que: “homens não admiram mulheres e nem gostam de vê-las sendo figuras de autoridade; isto atinge inclusive quem não é mulher e eu noto isso todos os dias” (Carta 01) ou de acordo com o escrito da participante 2:

A caminhada é árdua. Não é simples ser ouvida e respeitada em um meio onde a grande maioria são homens, tanto discentes quanto docentes, coordenação e direção dos cursos. Muitas vezes me sinto invalidada, desrespeitada e assediada. No entanto, isso me impulsiona, me empodera e me estimula a nunca desistir. Afinal, essa é uma batalha que infelizmente durará a vida inteira (Carta 02).

A partir dos trechos das participantes 1 e 2, se torna impossível a permanência na História do movimento estudantil e feminista sem o reconhecimento de como a estrutura social molda a forma como as mulheres foram e são oprimidas (Davis, 1981).

E, para não somente sobrevivermos, mas encontrarmos pertencimento nessa trajetória, relembremos o legado de uma construção coletiva e representativa pelos direitos que hoje usamos, e assim nos inspiramos, conforme a participante 2: “Em minha caminhada, tive o privilégio de conhecer e conviver com algumas mulheres inspiradoras, que me motivam a continuar na luta. Espero, um dia, conseguir inspirar outras meninas a ocuparem posições de liderança (e torço que seja mais fácil)” (Carta 02).

3.2 Ocupando os espaços que não nos pertenciam

Esse país é preto, é feminino, é LGBTQIA+ criado e conduzido pela classe trabalhadora! Que são essas vozes que precisam estar no centro, representando os interesses da nação! (Hilton 2024).

As mencionadas Ondas do feminismo, embora sejam oriundas de uma categorização arbitrária, evidenciam uma relação entre as mudanças sociais e a interferência das lutas travadas pelas mulheres. Ainda que de forma não pública ou midiática, as mulheres participaram das revoluções, embora por muitas vezes tenham sido excluídas da tomada de decisão. Como no surgimento do movimento estudantil, que a História conta ser influenciado pela “A juventude já não pede. Exige que se reconheça o direito de exteriorizar esse pensamento próprio nos corpos universitários por meio de seus representantes” (Córdoba, 1918, p.05), pela proclamação do Manifesto de Córdoba, que foi o marco inicial da luta pela busca de uma educação democrática e moderna.

Ao recordar esse histórico e analisar o texto do manifesto, as pessoas estudantes autoras escrevem: “Homens de uma república livre” (Córdoba, 1918, p.1), havendo o direcionamento de público para o qual o documento atende: o masculino. Outro fato que integra essa lógica é o manifesto ter sido assinado somente por homens (Figura 1).

Figura 1- Recorte da última página do “Manifesto de Córdoba” com a assinatura dos estudantes que escreveram

21 de junho de 1918

Enrique F. Barros, Horacio Valdés, Ismael C. Bordabehere, presidente. Gurmensindo

Sayago, Alfredo Castellanos, Luis M. Méndez, Jorge L. Bazante, Ceferino Garzón

Maceda, Julio Molina, Carlos Suárez Pinto, Emilio R. Biagosch, Angel J. Nigro,

Natalio J. Saibene, Antonio Medina Allende, Ernesto Garzón.

o documento.

Fonte: Manifesto de Córdoba (1918)

A ausência de mulheres entre os signatários do Manifesto de Córdoba evidencia as limitações históricas da participação política e intelectual feminina, mesmo em movimentos que reivindicavam democratização e transformação social. Embora o documento tenha representado um marco na luta por uma universidade mais autônoma, crítica e acessível, suas demandas foram formuladas a partir de um sujeito político predominantemente masculino, refletindo as desigualdades de gênero presentes naquele contexto.

Ainda que as mulheres tenham conquistado maior presença formal nesses espaços, mecanismos sutis de desvalorização de suas vozes continuam operando, revelando a

persistência de estruturas históricas que dificultam sua plena participação nos processos decisórios. A participante 1 destaca que: “ou membros da Reitoria. Às vezes sinto que algumas dessas pessoas levam os homens do Diretório muito mais a sério e até evitam trocar mais palavras comigo ou com as mulheres participantes” (Carta 01). Naquela universidade as mulheres estudantes foram excluídas pela linguagem que também é uma forma de silenciamento e invisibilidade (Lakoff, 1975), além de ser um espaço de disputa de poder e identidade (Ribeiro, 2017). Essa mesma situação continua a ocorrer, apesar de passados mais de 100 anos da criação desse documento.

O legado dessa luta para as pessoas estudantes brasileiras foi a União Nacional dos Estudantes (Figura 2), sendo a representação máxima dessa classe (UNE, 2026) e responsável por definir diretrizes para uma atuação combativa na União Estadual dos Estudantes (UEE), Diretório Central dos Estudantes (DCE), Centro Acadêmico (CA) e Diretórios Acadêmicos (DA). Seguindo essa perspectiva de representatividade, cabe destacar que, em 1982, foi eleita a primeira mulher presidenta da UNE, a estudante baiana Clara Araújo (UNE, 2015).

Figura 2 - 34º Congresso da UNE em 1982 no qual Clara Maria de Oliveira Araújo foi eleita a primeira mulher presidenta da entidade.



Fonte: UNE (2015).

Mesmo com esse avanço inicial, com 87 anos de história, a UNE teve somente 10 mulheres eleitas presidentas (UNE, 2018): Clara Araújo no ano de 1982, Gisela Mendonça em 1986, Patrícia de Angelis em 1991, Lúcia Stumpf em 2007, Virginia Barros em 2013, Carina Vitral e Moara Correa Saboia em 2015, Marianna Dias em 2017, Bruna Brelaz no ano de 2021 e Manuella Mirella em 2023 (Une, 2018). O que se assemelha às instituições de ensino superior presenciais de Passo Fundo, nas quais, no ano de 2024, foi eleita a primeira mulher presidenta de um DCE, que destaca: “Sou a 1º mulher presidenta do DCE da minha faculdade” (Participante 3, carta 03).

Em vista disso, coloca-se em pauta a importância de existir exemplos de ativismo sem o status quo de neutralidade ou imparcialidade, sendo a militância promotora da possibilidade de novas narrativas, principalmente, de grupos por muitas vezes silenciados e discriminados. A participante 2 escreve que: “Minha experiência como representante de um DA é muito mais do que apenas ocupar um cargo e lidar com (MUITAS) burocracias. Com essa experiência,

consigo, diariamente, relembrar o poder que minha voz possui e como ela pode ampliar a voz de centenas de outros estudantes” (Carta 02).

Nesse sentido, a presença de mulheres em espaços de liderança estudantil não representa apenas uma conquista individual, mas também o resultado de trajetórias coletivas construídas por outras mulheres ao longo da história. Assim, no primeiro Encontro de Mulheres Estudantes após a pandemia, no qual foi apresentado o tema “Feministas em Movimento para Semear um Brasil Novo” (Encontro de Mulheres Estudantes da UNE, 2023), houve a fala da presidenta Bruna Brelaz: “a força das que vieram antes de mim me trouxeram até aqui” (Eme, 2023).

3.3 Somos representatividade para as pessoas estudantes

me levanto
sobre o sacrifício
de um milhão de mulheres que vieram antes
e penso
o que é que eu faço
para tornar essa montanha mais alta
para que as mulheres que vierem depois de mim
possam ver além (Kaur, 2018, p. 219).

A atuação das pessoas participantes, presidentas, vice-presidentas e personagens da história do movimento estudantil, é uma forma de representatividade substantiva (Pitkin, 2006) e interseccional (Collins; Bilge, 2016) que se propõe a nomear gestões com base no conhecimento das diferentes formas de opressões estruturais (Davis, 1981). Dessa maneira, apoia grupos minorizados a ocuparem espaços de poder para influenciar decisões (Ribeiro, 2017), já que uma nova sociedade deve ser construída coletivamente, baseada na liberdade e no conhecimento crítico, e não na dominação (Freire, 1992). Conforme escreve a participante 1: “Sou Vice-presidente. Na gestão da qual eu participo, mesmo sendo composta por maioria mulheres (inclusive, maioria mulheres LGBTQIA+)” (Carta 01). Também a participante 3 destaca que: “estamos em 15 pessoas na gestão, de vários cursos de graduação e pós-graduação” (Carta 03).

A construção desses espaços de protagonismo feminista se deve à união das jovens, que possuem como essência o acolhimento e a emancipação de novas representatividades (Ribeiro, 2017). Isso é demonstrado nessas cartas pela atuação combativa, representativa, defensora de direitos e desejos dos estudantes: “aprendi a não sermos somente sonhadores, mas a poder DESEJAR uma sala maior, repasse maior e maior espaço para representatividade do nosso “ser estudante” (P3, Carta 03). Por isso, nas passagens em sala, reuniões, encontros, palestras e rodas de debate, são promovidas reflexões críticas sobre as relações com o mundo (Freire, 1999), baseadas nas experiências vivenciadas pelas próprias pessoas estudantes (hooks, 1994), que participam da criação de narrativas com significado em prol da permanência e do pertencimento estudantil.

Esses momentos com os colegas são muitas vezes pequenos passos, pelo contexto que desanima e desrespeita as mulheres. Porém, constituem um caminho sólido para a representação da esperança de uma coletividade e solidariedade. Nesse espaço de poder ocupado, busca-se o reconhecimento pela atuação, o que se faz. Dialoga-se com os trechos a seguir: “sinto que meu trabalho é invisível ou insuficiente. Quero que me conheçam pelo que eu faço no DCE, e não por quem é meu companheiro.” (P1, Carta 01). Também a participante 3 afirma que: “Não tento

representar o que não vivi, mas busco ouvir quem viveu, e desejo ser respeitada pelo que estou construindo. Sou política, estratégica, corajosa e estudante” (Carta 03).

Nesse sentido, mulheres presidentas e vice-presidentas indicam a busca pela construção de um legado, e assim, contribuir socialmente (Mombaça, 2016) ao transformar a experiência coletiva em ação política, capaz de romper com o silenciamento histórico e afirmar o protagonismo das mulheres em espaços de poder.

4 Considerações finais

Mas já não escrevo para despertar a empatia de quem nos mata.
Este livro, e esta carta, eu dedico àqueles que vibram e vivem [...] (Mombaça, 2019, p. 7).

A partir da percepção de construção social de opressão de gênero, questionou-se: “Quem pensamos como mulher? E como esse “ser mulher” impacta na emancipação política?” Com isso, critica-se qualquer conceito posto e que não esteja em construção, lembrando a necessidade de desfazer o que nos fazem acreditar sobre quem somos (Mombaça, 2019).

Por isso, o objetivo final dessa pesquisa foi, a partir das narrativas de 3 lideranças estudantis em cargos de poder em DCE e DAs de Campus de Instituições de ensino superior presenciais de Passo Fundo, possibilitar uma emancipação coletiva. Assim, torna-se evidente ao sistematizar as experiências, denunciar as complexas dinâmicas de poder e opressão presentes nos espaços universitários, que se tornam propulsoras e também influenciadas pela cultura do colonialismo, do patriarcado, do racismo e do heteronormativismo.

É nesse sentido que esse relato coletivo se torna um ato político. As representatividades nesses espaços de interseccionalidades que nos afetam, mas muitas vezes não foram totalmente nomeadas ou conceituadas em teses, discursos hegemônicos, dicionários ou buscas do *Google*, e, por consequência, de forma isolada sentimos que nossas críticas eram pequenas e invisíveis, porém, coletivamente criamos um pertencimento a essa luta estudantil e feminista, mas que não se esgota em somente esses dois termos.

Destaca-se, ainda, a necessidade de ampliarmos o escopo da pesquisa para além do contexto local. Para que, ao analisar as lideranças estudantis em nível estadual e nacional, possibitemos a construção de pontes entre movimentos estudantis. Por fim, buscamos nos unirmos como classe de pessoas estudantes em prol da emancipação de pessoas que construam um mundo novo, como nos relembra Geraldo Vandré (1968):

Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Somos todos soldados, armados ou não
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais, braços dados ou não
(Vandré, 1968).

Referências

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 5. ed. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

BIXARTE. **Faces**. [Vídeo]. YouTube, 2019. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=EgTnMB6fHAM&t=2s>. Acesso em: 22 mar. 2025.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 2013. p. 21-54.

BRASIL. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS MULHERES BRASIL [ONU Mulheres]. (2010). **Sobre a ONU Mulheres**. Disponível em:
<http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>. Acesso em: 28 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 set. 1997. Disponível em:
<https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997>. Acesso em: 23 mar. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 22. ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rogério Bettoni de Souza. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Hélio Roberto Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

ENCONTRO DE MULHERES ESTUDANTES DA UNE [EME]. **Feministas em movimento para semear um Brasil novo**. Disponível em: <https://emedaune.org.br/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor por meio da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 34-41.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GALETTI, Camila; RIVETTI, Jéssica Melo. **Feminismos em movimento**. São Paulo: Luas, 2023.

GIARETTA, Érica Pilatti. **“Quero ser reconhecida pelo que faço”**: experiências de “ser mulher” representante de Diretórios Estudantis na Educação Superior. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) Passo Fundo: Atitus Educação, 2025.

HILTON, Erika. **Discurso de comemoração à posse de Amanda Paschoal como vereadora de São Paulo**. Instagram (@paschoal.amanda), out. 2024. Reel. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DAzO-E8yDrn/?igsh=MW1vZDYwbHIwczlwbw%3D%3D>. Acesso em: 20 jun. 2025.

HOOKS, bell. **Teaching to Transgress: Education as the Practice of Freedom**. Tradução de M. B. Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA [INEP]. **Resultados: Censo Escolar**. Brasília, 2000. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resultados_do_censo_escolar_2000.pdf. Acesso em: 22 jul. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo de Educação Superior 2022: Notas estatísticas**. Brasília, 2022. Disponível em: https://abmes.org.br/arquivos/documentos/siteABMES-notas_estatisticas_censo_escolar_2022.pdf. Acesso em: 22 mar. 2025.

INSTITUTO SINDICATO DAS MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR (SEMESP). **Mapa do Ensino Superior no Brasil**. 14. ed. 2024. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/educacao-14/regioes/>. Acesso em: 22 mar. 2025.

JARA, Oscar H. **Para sistematizar experiências**. 2. ed. Tradução de M. V. V. Resende. Revista. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. Disponível em: <https://www.ufpb.br/redepopsaude/contents/biblioteca-1/para-sistematizar-experiencias/para-sistematizar-experiencias-livro-oscar-jara.pdf/view>. Acesso em: 22 mar. 2025.

KAUR, Rupí. **O que o sol faz com as flores**. São Paulo: Editora Planeta, 2018.

LAKOFF, Robin. Language and woman's place [resenha]. In: MEIRELLES, Tatiana (Org.). Linguagem, gênero, sexualidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 584-586, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000300015>. Acesso em: 23 mar. 2025.

MANIFESTO DE CÓRDOBA. **Manifesto de Córdoba: da juventude argentina de Córdoba aos homens livres da América**. Tradução de M. H. Vigo. 2023. Disponível em: <https://ufsaesquerda.com/wp-content/uploads/2020/06/Manifesto-Cordoba-Portugues.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Sonia Fleury; NETO, Orlando Cardoso; GOMES, Ricardo. (Orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009. p. 9-29.

MOMBAÇA, Jota. **Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência**. São Paulo: Fundação Bienal; OIP, 2017. Oficina de Imaginação Política. Fundação Bienal de São Paulo.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. São Paulo: Cobogó, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/382981208_n_nos_matar_agora_Nao_vao_nos_matar_agora. Acesso em: 23 mar. 2025.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DA MULHER NA POLÍTICA [ONMP]. (2024). **Nota Técnica: Estudo sobre o cumprimento da cota de participação feminina nas Eleições**

Municipais de 2024 por partidos e federações. In M. V. C. Alves, T. D. Ribeiro & D. M. Fautino (Eds.). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/nota-tecnica-6>. Acesso em: 25 jun. 2025.

PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. A quarta onda feminista no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 31, n. 3, e83260, 2023. Acesso em: 22 mar. 2025. doi: 10.1590/1806-9584-2023v31n383260.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA [PNAD Continua]. (2023). **Educação 2023**. IBGE. Disponível em: <https://loja.ibge.gov.br/pnad-continua-educac-o-2023.html>. Acesso em: 08 jul. 2025.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e ideias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 67, p. 15-47, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/pSDrmVSqRqggw7GXhxBjCgG/>. Acesso em: 22 mar. 2025. doi: 10.1590/S0102-64452006000200003.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, MG: Letramento, 2017. (Coleção Feminismos Plurais) Disponível em: <https://www.djamaribeiro.com.br/livro/lugar-de-fala>. Acesso em: 22 mar. 2025.

SISTEMA ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO [e-MEC]. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC**. 2024. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova#simples>. Acesso em: 19 mar 2025.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1976.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **Sobre**. São Paulo: UNE, 2026. Disponível em: <https://www.une.org.br/a-une/sobre/>. Acesso em: 19 mar. 2025.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE). Conversa de mulheres de presidenta para presidenta. São Paulo: UNE, 2015. Disponível em: <https://www.une.org.br/noticias/conversa-de-mulheres-de-presidenta-para-presidenta/>. Acesso em: 4 jun. 2026.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **Elas no comando**: Conheça as 8 presidentas da UNE. 7 mar. 2018. Disponível em: <https://www.une.org.br/noticias/elas-no-comando-conheca-as-8-presidentas-da-une/>. Acesso em: 19 mar. 2025.

VANDRÉ, Geraldo. **Pra não dizer que não falei das flores**. [Música]. 1968. Disponível em: <https://genius.com/Geraldo-vandre-pra-nao-dizer-que-nao-falei-das-flores-lyrics>. Acesso em: 19 mar. 2025.

Recebido em dezembro de 2025.

Aprovado em junho de 2026.